EVOLUÇÃO DAS TEORIAS EXPLICATIVAS DO MEGALITISMO EUROPEU

por Victor Oliveira Jorge

1) Os "antiquários"

Os monumentos megalíticos estão intimamente ligados à história da arqueologia europeia, desde as suas origens; após algumas descrições e até escavações feitas ainda no séc. XVII, será o século XVIII que marcará uma primeira grande fase de interesse por estes monumentos, sobretudo em França, na Grã-Bretanha e Escandinávia, mas também na Península Ibérica.

Refiramos apenas alguns exemplos destes primeiros esforços de estudo e interpretação.

O antiquário inglês W. Camden (1551-1623) publicou em 1586 a primeira edição do seu livro "Britannia", um guia geral das antiguidades da Grã-Bretanha (Daniel, 1974, p. 37), em cuja reedição de 1600 incluiu uma ilustração de Stonehenge. Na mesma obra referia-se a Silbury Hill (Wiltshire), nestas palavras: "Aqui Selbury, uma colina circular, ergue-se a uma altura considerável, e parece, pela sua forma e pelos escorregamentos de terra que se encontram em seu redor, ser obra humana. Neste condado encontram-se muitas outras desse mesmo estilo, arredondadas e terminando em cume, às quais se dá o nome de Burrows ou Barrows ("tumuli"), talvez erguidos em memória dos soldados ali caídos, pois neles encontram-se ossos; e eu li que era costume entre as gentes do Norte que cada soldado que sobrevivesse a uma batalha trouxesse o seu elmo cheio de terra para levantar os monumentos em honra dos seus companheiros caídos. Mas eu penso que Selbury-hill foi antes construída a modo de fronteira, se não pelos romanos, pelos saxões (...); Boécio (...) conta-nos que tais montículos se levantavam com frequência como marcos divisórios". (Daniel, *ib.*, pp. 37-38).

Também John Aubrey (1626-1697), cuja obra principal, "Monumenta Britannica", se encontra ainda inédita, numa descrição da zona norte do Wiltshire escrita entre 1659 e 1670, e citada por Daniel (*ib.*, p. 39), se refere, entre outros locais, a Stonehenge, considerando-o um templo e ligando-o já aos druídas; era o prenúncio de uma longa série de interpretações celtistas, que farão sobretudo moda nos inícios do séc. XIX.

Entretanto em França, em 1685, um fidalgo da Normandia realizava em Cocherel a primeira escavação de uma sepultura megalítica, cuja descrição foi mais tarde (1719) publicada por Montfaucon. Escreve este autor (cit. por Laming-Emperaire, 1964, pp. 92-93): "(...) o Senhor de Cocherel (...) vendo duas pedras sobre uma colina (...), pensou que isso marcava qualquer coisa de escondido debaixo da terra: mandou exumar as duas pedras e escavar por debaixo delas. Os trabalhadores, escavando à terra, encontraram um sepulcro constituído por cinco pedras brutas de enorme tamanho". Após detectarem a presença de dois crâneos, sob cada um dos quais se encontrava um machado

polido, a escavação prosseguiu: "Sob estes dois cadáveres havia uma grande pedra que foi retirada, e descobriram sob ela ossos de outros dois corpos, que tinham também os seus machados de pedra sob a cabeça (...). No mesmo local havia três urnas cheias de carvão". A descrição dos trabalhos prossegue longamente, e, no fim, Montfaucon acrescenta: "Não há que duvidar que foi uma sepultura (...) da mais remota antiguidade. Os corpos inteiros dispostos na mesma linha eram de uma nação bárbara qualquer que não conhecia ainda o uso do ferro, nem de qualquer metal. Os dois que estavam num sepulcro feito de grandes pedras, eram, segundo parecia, os chefes ou príncipes dessa nação (...)"

Desta primeira descrição minuciosa de um monumento megalítico e sua escavação, ressalta já a clara compreensão de que se tratava de uma sepultura, e é notória a correcta interpretação que é feita do ritual funerário e da importância do espólio, como Laming-Emperaire igualmente acentua (op. cit., p. 94). Também E. Lhwyd (1660-1708), tendo-se deslocado à Irlanda em 1699, visitou o monumento de New Grange, tendo feito, numa carta datada desse ano, a descrição do mesmo e da escavação que, antes da sua chegada, ali havia sido efectuada (v. Daniel, *ib.*, pp. 41-42); e conclui: "(...) era lógico pensar que se tratava de um local qualquer dedicado a sacrifícios ou enterramentos dos antigos irlandeses".

Poderíamos multiplicar os exemplos. O que importa, porém, acentuar, é que, antes que as grandes viagens tivessem alertado para a existência das antiguidades egípcias, gregas, ou babilónicas, e antes que o desenvolvimento da geologia e as primeiras descobertas de fósseis ou artefactos pleistocénicos em estratigrafia houvessem consciencializado os cientistas da remota antiguidade do homem, já os olhos dos estudiosos ou simples curiosos europeus (antiquários ou diletantes, é certo) se haviam voltado para o enigma dos monumentos megalíticos que tão impressionantemente povoavam a paisagem das suas terras. Em França, por exemplo, a partir dos anos vinte do séc. XVIII, Robien escavou e desenhou inúmeros dólmenes e "tumuli" da Bretanha, sendo assim, indubitavelmente, como escreve Laming-Emperaire, "o primeiro pré-historiador em França que realizou trabalho de campo" (op. cit., p. 97). Dos seus relatórios ressalta a clara consciência da grande antiguidade daqueles monumentos. Por seu turno, Legrand d'Aussy (1737-1800) tentou uma primeira classificação cronológica dos sepulcros pré-históricos, mostrando a perfeita independência das civilizações que os haviam construído em relação ao mundo clássico, e propondo uma nova terminologia, com origem na língua bretã, para as pedras erguidas ("armen-ir") e para as sepulturas feitas com esteios e tampa ("dolmins"). A sua consciência da necessidade de escavações sistemáticas está bem expressa, mas, como nota Laming-Emperaire (*ib.*, p. 103), toda a sua construção interpretativa se baseia numa seriação cronológica de base tipológica: "(...) em parte alguma se faz alusão à noção de estratigrafia, ou à ligação da história do homem com os tempos geológicos". Enquanto, por iniciativa de investigadores com formação de naturalistas, tal quadro iria a pouco e pouco ser criado, os monumentos megalíticos veriam o seu estudo ser algo prejudicado pelo preconceito da "celtomania", movimento que, no dizer de Laming-Emperaire, "está mais próximo da epopeia, do mito de origem e da poesia do que da investigação científica, tendo o seu papel construtivo sido medíocre". (op. cit., pp. 110-111). De qualquer modo, o interesse votado aos monumentos megalíticos foi importante para que se começasse a encarar a necessidade da sua inventariação e conservação.

2) Os primeiros difusionistas

As ideias simples são sempre atraentes. Uma das questões que dividiu os cientistas do séc. XIX foi a questão da invenção independente "versus" difusão. Ora, à medida que se iam descobrindo monumentos megalíticos pelo mundo, com características morfológicas mais ou menos análogas, natural era que surgissem os paladinos de uma teoria geral explicativa, tentando abraçar a totalidade, ou só parte desses monumentos, num movimento difusor. A base teórica de uma tal interpretação foi assim bem expressa por Gordon Childe: "(...) as maiores invenções e descobertas técnicas (...) foram normalmente feitas uma só vez e difundidas a partir de um único centro". (Cit. por C. Renfrew, 1979, p. 5). Vários foram os estudiosos que se apoiaram numa tal ideia para explicar o megalitismo, ao nível da Europa ou do mundo. Bertrand, em 1864, e o Barão de Benstetten, no seu "Essai sur les Dolmens" (1865) defenderam que todos os megalíticos europeus tinham sido construídos por um único povo, na sua caminhada do Norte para o Sul do continente (Daniel, 1963, p. 24). Também Faidherbe adoptou essa noção, para explicar o aparecimento de megálitos na Argélia, em 1872. Mas foi neste ano que se publicou o célebre livro de Fergusson "Rude Stone Monuments in All Countries, Their Age und Uses", em que o autor advogava a teoria, muito mais cautelosa, de que todos os monumentos megalíticos representavam uma fase arquitectónica com um estilo próprio, como o egípcio, o grego, ou o gótico. Assim, fossem eles ou não produto de invenção independente ou de contactos populacionais, o que é certo é que apresentavam características morfológicas que permitiam uma comparação à escala mundial, em termos de história da arquitectura.

O debate, porém iria, continuar. Mortillet, em 1874, expunha ao Congresso de Estocolmo a sua ideia de que os monumentos megalíticos, ao longo do globo, haviam sido feitos por povos e culturas diferentes, e que apenas a ideia "megalítica" se tinha difundido (Daniel, 1963, p. 24). Mas o dinamarquês Worsaae vinha, em 1886, afirmar de novo a noção da difusão dos megálitos na Europa, devida a "novas e poderosas tribos que, vindas do Sul, tivessem avançado cada vez mais para o Norte". (Cit. por Renfrew, op. cit., p. 7). E ainda em 1912, Peet, também autor de uma obra intitulada "Rough Stone Monuments", escrevia que o "estilo" da construção megalítica tinha sido introduzida nas várias regiões em que surge "por uma só raça durante uma imensa migração ou numa série de migrações". (Daniel, *ib.*, p. 25). Como é sabido, este tipo de explicações tem a sua expressão máxima na escola hiper-difusionista de E. Smith ("The Migrations of Early Culture", 1929).

3) Os primeiros esquemas evolutivos

As primeiras tentativas de seriação cronológica de megálitos europeus foram feitas na Escandinávia, onde também já havia nascido, com Thomsen (1788-1865), o "sistema das três idades". Assim, o sueco Oscar Montelius (1843-1921) dividiu os monumentos dessa zona em "dos" (dólmen, no sentido estrito), "gånggrift" (túmulo de corredor) e "Häll Kistor" (cista), considerando que constituíam formas sucessivas no tempo; mais tarde, este autor apresentou um esquema mais refinado, com 9 tipos de monumentos, mas que continuava a assentar numa fórmula basicamente tripartida, exprimindo uma evolução no sentido do simples para o complexo. Essa ideia, unilinear e evolucionista, aplicada a outras regiões da Europa, iria ter uma larga sobrevivência.

Para a Península Ibérica, essa transposição foi feita por E. Cartailhac, em "Les Âges Préhistoriques de l'Espagne et du Portugal" (1886). A propósito, N. Åberg 1921, p.15) escreveu: "Em Cartailhac encontramos já o sentido da

da evolução indicado pela própria ordem em que reproduz esses túmulos, na sua obra. Apresenta primeiro os dólmenes primitivos e os primeiros dólmenes de corredor, depois os dólmenes de corredor no seu pleno desenvolvimento e os túmulos com cúpula, e acaba com as enormes construções funerárias da Andaluzia. Liga a uma fase imediatamente ulterior as cistas feitas de lajes enterradas no solo, de forma rectangular ou quadrada, destinadas geralmente a um esqueleto (...)" . E o mesmo autor acrescenta: "Este sentido da evolução que encontramos descrito ou indicado em Cartailhac foi inteiramente confirmado mais tarde por outras pesquisas arqueológicas. Wilke, Bosch, Obermaier e Leite de Vasconcelos trataram mais ou menos a fundo esta questão da evolução, e as suas pesquisas concordam todas em considerar que estes túmulos se ligam a um desenvolvimento contínuo, que começa com os dólmenes primitivos ao ar livre, sem revestimento de terra, e acaba com as cistas de lajes enterradas no solo, do comprimento de um homem ou mais curtas". Realmente, Cartailhac e Åberg situam-se numa linha interpretativa que foi também desenvolvida por E.T. Leeds (*The dolmens and Megalithic Tombs of Spain and Portugal*, "Archaeologia", 1918), por Myres (col. na "Cambridge Ancient History", vol. I, 1923) e sobretudo por Bosch-Gimpera, o paladino da tese ocidentalista (em diversos dos seus trabalhos, desde *Pyrenäische Halbinsel*, "Reallexikon der Vorgeschichte", 1926; "Etnologia de la Peninsula Ibérica", 1923; "La Formación de los Pueblos de España", 1944, etc.). Para este autor o megalitismo ibérico teria as suas raízes, neolíticas, no Nordeste, nos dólmenes simples da Galiza, de Trás-os-Montes e da Beira, daí irradiando para a zona basco-catalã ao longo do litoral norte, e para sul e sudeste, espalhando-se pelo Sul de Portugal e pela Andaluzia já em pleno Calcolítico. À medida que se dava esta expansão, verificaria-se a evolução do dólmen simples para o dólmen de corredor e a deste para as sepulturas de cobertura em falsa cúpula ("tholoi" e para as escavadas na rocha cf. referências a esta e outras teses em Daniel, 1963, pp. 70 e seg. e 1963 a).

Embora em grande medida intuitiva (mas como poderia deixar de o ser, na altura em que foi gerada?), a tese de Gimpera tem méritos indiscutíveis (para além da coerência com que, no essencial, foi mantida toda a vida, à margem de modificações de conceitos que, por vezes, têm também algo de sacrifício à moda):

- defende a origem ocidental do megalitismo, hoje, como veremos, perfeitamente comprovada;
- dá grande importância às raízes mesolíticas do mesmo megalitismo, que posteriormente foram apontadas por diversos autores;
- chama a atenção para o interesse do estudo dos dólmenes do Norte e Centro da fachada atlântica ibérica, e sobretudo das suas formas arquitectónicas mais simples, infelizmente abandonadas pela investigação durante longas décadas;
- aponta uma cronologia antiga para as raízes do megalitismo ibérico, que, hoje, também não é difícil de aceitar. Para lá destes aspectos, a tese de Bosch-Gimpera enferma obviamente de evolucionismo unilinear, ponto de vista já superado pela investigação. Por outro lado, vítima das cronologias curtas que vigoraram na Europa até à grande renovação de conceitos trazida pelo C14, e demasiado apegada a certas entidades culturais, de base geográfica, hoje consideradas genéricas e simplistas — "cultura megalítica portuguesa", "cultura de Almeria", "cultura catalã", etc. — a perspectiva de Bosch-Gimpera tem de ser integrada no seu tempo, como uma visão que faz parte da história da arqueologia. Todavia, o autor procurou sempre actualizar-se, aperfei-

quando a sua concepção à luz dos novos contributos que iam surgindo. Em 1944, em "El Poblamiento Antiguo y la Formación de los Pueblos de España", continua a radicar o megalitismo ocidental ibérico nos dólmenes simples do Norte do país, propondo uma divisão da "cultura megalítica portuguesa" em 5 etapas principais, que iriam dos dólmenes do Alvão às sepulturas de cúpula de Alcalar. Em 1966, num artigo publicado na "Revista de Guimarães", faz notar que "as antigas sistematizações dos arqueólogos portugueses e de Wilke, em que havíamos baseado as nossas, foram confirmadas para a etapa neolítica pelos modernos trabalhos de Heleno, Russell Cortez, Nóbrega Moita, Vaultier-Zbyszewski, Jalhay, Santos Júnior, Veiga Ferreira, A. do Paço, Cunha Serrão, Prescott Vicente, Tavares e outros investigadores". (pp. 249-250). E acrescenta: "Decerto que algumas das nossas antigas conclusões tiveram de ser modificadas, sobretudo a tipologia excessivamente sistemática que admitíamos, influenciados pelo livro de Wilke, assim como — se é impossível atribuir o desenvolvimento megalítico no seu conjunto a influências orientais e crer que os dólmenes são a degeneração ou imitação das "tholoi" — se vê cada vez mais claramente que, nas etapas avançadas de um desenvolvimento indígena, se introduzem influências mediterrânicas que contribuem para modificar certas estruturas e para complicar os espólios". (p.250). E esboça em seguida uma evolução em oito etapas do megalitismo português, a que nos voltaremos a referir.

De notar que, ainda numa obra recente, de publicação póstuma (1975), aquele investigador continuava a afirmar, fiel à sua teoria: "o desenvolvimento neolítico começa sem dúvida muito cedo (cerca de 4000-3500), embora não tenhamos datas de radiocarbono, nas regiões montanhosas de Trás-os-Montes (Alvão) e da Beira, em sepulturas megalíticas (os verdadeiros dólmenes, ou câmaras feitas com grandes pedras, sepulturas colectivas, de planta circular, sob um "tumulus")" (p. 199).

Como variante da teoria ocidentalista clássica, surgiu também, no princípio do século, a posição de Wilke (*Südwesteuropäische Megalithkultur und ihre Beziehungen zum Orient*, "Mannus Bibliothek", 1912) e de Obermaier ("El Dolmen de Matarrubilla, Sevilla", 1921). Estes autores aceitam a origem ocidental, no Noroeste Peninsular, da arquitectura megalítica propriamente dita, embora pensem que as "tholoi" terão sido introduzidas na Península a partir do Egeu, a este respeito enfileirando entre os orientalistas, de que trataremos a seguir.

4) Os orientalistas

A partir de 1929-1930, um conjunto de arqueólogos ingleses, tais como Fleure e Peake (*Megaliths and Beakers*, "Journal of the Royal Anthropological Institute", 1930) e sobretudo Darryll Forde (*The megalithic culture sequence in Iberia*, "Liverpool Annals of archaeology and Anthropology", 1929; *The early cultures of Atlantic Europe*, "American Anthropologist", 1930) alteraram por completo a visão dos problemas. Para estes autores, as formas simples de túmulos do Norte de Portugal e da Galiza seriam interpretáveis, não como protótipos a partir dos quais se teria gerado todo o megalitismo, mas como produtos tardios de um processo de degenerescência, que teria conduzido de modelos "importados" do Mediterrâneo oriental — "tholoi" e "grutas artificiais" — aos dólmenes de corredor e aos dólmenes simples, uns e outros mera "tradução" megalítica daqueles modelos. Estamos pois, de novo, perante uma teoria unilinear e de algum modo evolucionista, mas em que se inverte o sentido da

evolução, que assim arrancaria de formas introduzidas no Sudoeste da Europa. A posição de Forde, a que autores como Almagro e A. Arribas (1963, pp. 185-186) deram grande revelância, pode resumir-se, segundo estes dois últimos autores, nas seguintes premissas:

- o espólio dos monumentos megalíticos ibéricos, mesmo os das formas mais simples, inclui já elementos que se filiam nos núcleos mais evolucionados do Sul da península;
- as construções megalíticas peninsulares, apesar de revelarem uma concepção mais modesta, são formas degeneradas derivadas de edificações de grande monumentalidade, como as de Andaluzia;
- não existiriam formas intermédias entre os monumentos mais simples e os mais complexos, tendo de se recorrer à tese da expansão de Norte para Sul da Península para se comprovar uma evolução como a definida pelas teorias anteriores;
- nos monumentos do Sul e Sudeste peninsular existe uma marcada uniformidade que contrasta com a diversidade de formas que patenteiam os dólmens simples e de corredor do Norte da Península, da Catalunha e zona basco-navarra ao Norte de Portugal.

A partir de 1932 (2ª. ed. de "The Dawn of European Civilization") V. Gordon Childe passou também a aderir a esta teoria, generalizada entre os pré-historiadores britânicos do tempo. O único — e não despidendo — mérito de Childe a este respeito foi integrar o megalitismo na sua teoria de difusionismo "modificado", em que, através de um processo gradual, se dava a "irradiação da Europa Bárbara pela civilização oriental" (cit. por Renfrew, 1979, p. 8). Diga-se que se Childe foi um dos maiores pré-historiadores europeus, a sua formação materialista canónica impediu-o de compreender de forma clara (pelo menos no início da sua carreira) a importância dos túmulos megalíticos no respectivo contexto social e religioso: "Tudo se passa como se estas pessoas [os construtores de tais túmulos] estivessem totalmente absorvidas pelo culto dos mortos e como se as cerimónias supersticiosas monopolizassem e paralisassem todas as suas actividades. Uma completa estagnação dominou as artes industriais, e para encontrar paralelos para a sua cultura basta visitarmos as ilhas do Pacífico, as quais podem ter estado expostas a uma influência semelhante". (1926 — cit. por B. McNairn, "The Method and Theory of V. Gordon Childe", 1980, p. 18). É evidente que, como aliás justamente acentua M. Arnaud (1978, p. 100), um investigador do nível de Childe sempre reformulou as suas posições, nomeadamente no que toca à origem dos megalitos ibéricos, sobretudo a partir dos trabalhos dos Leisner (cf. "A Aurora da Civilização Europeia", pp. 464 e seg.).

Um outro autor a quem se poderia aplicar esta última reflexão é Glyn Daniel, talvez o mais persistente estudioso do megalitismo europeu, que, partindo de concepções de orientalismo difusionista, acabou por reconhecer (1973), quanto se impunha uma profunda revisão das mesmas. Voltaremos adiante ao assunto, pois é tempo de nos debruçarmos sobre o grande contributo que o casal Leisner, já algumas vezes citado; trouxe ao conhecimento e à problemática do megalitismo europeu, através dos seus estudos na Península Ibérica.

5) A perspectiva de G. e V. Leisner

Os trabalhos de investigação sistemática dos Leisner na Península estabeleceram um profundo corte com os estudos anteriores, fazendo alinhar este importante núcleo megalítico com os mais bem analisados da Europa. Podemos,

hoje, criticar certos aspectos dos mesmos — a ciência é uma superação constante —, como, por exemplo, uma quase exclusiva importância dada aos túmulos em detrimento de outras manifestações megalíticas (menires, alinhamentos, etc.) ou dos habitats; um método de escavação e análise essencialmente voltado para as estruturas dolménicas, com um interesse pelos "tumuli" envolventes muito menor do que seria para desejar, etc. — mas tudo isso são, com raras exceções, características gerais da investigação no tempo dos autores.

As investigações dos Leisner começaram pelo Noroeste peninsular (G. Leisner, *Die Malereien dos Dolmen Pedra Coberta*, 1934; idem, "Verbreitung und Typologie der Galizisch-Nordportugiesischen Megalithgräber", 1938), mas ganharam a sua principal amplitude através dos estudos feitos no Sul, que dariam origem aos volumes dos célebres "Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel". A obra ter-se-ia decerto estendido para norte, a fechar um amplo ciclo de investigação, não fosse a morte de V. Leisner tê-la deixado a meio da preparação do volume sobre as Beiras, que o Instituto Arqueológico Alemão se propõe editar postumamente.

O primeiro volume dos "Megalithgräber", cujos dois tomos (texto e ilustrações) apareceram em 1943, é consagrado ao "Sul": sobretudo províncias de Almeria, Granada, Málaga, Córdoba, Sevilha, Cádiz, Huelva e Algarve. Este volume é acima de tudo um "corpus", que vale pela descrição dos monumentos e seus espólios, mas apresenta também uma discussão de problemas gerais, que foi parcialmente traduzida para castelhano (v. "Archivo Español de Arqueología", 1949, nº 74-77). A leitura desses textos convence-nos de que os Leisner não eram, nessa fase, tão simplistamente "orientalistas" como querem Almagro e Arribas. (1963, pp. 191-193). Evidentemente que os autores alemães distinguem três zonas culturais com as quais a Península estaria em contacto — creto-cicládica, africano-egípcia e mediterrânica ocidental — mas têm o cuidado de acrescentar que "tais observações isoladas baseadas em relações de espólios, existentes já em escritos anteriores, têm de se considerar agora estéreis para a cronologia, se é que não dão um resultado erróneo, no caso de não poderem ser valorizadas como relações étnicas ou comerciais". ("A.E.A.", nº 74, p. 77). O parentesco cultural admitido pelos Leisner é menos o que se baseia em dados avulsos, e mais o que repousa numa comunidade de tradições circum-mediterrânica: "Estes factos só podem ser valorizados de um ponto de vista étnico, pois um desenvolvimento cultural análogo dos fenómenos, ainda quando houvesse estímulos trazidos pelo comércio, teria que ser explicado, profundamente, por uma base étnica semelhante, e só por ela". (ib., p. 78). Admitida essa radical familiaridade de todas as culturas pré-históricas mediterrânicas, os problemas concretos são vistos na sua real complexidade, como problemas em aberto, desiludindo os que ansiavam por rápidas certezas (cf. recensão de Almagro, em "Ampurias", VI, 1944, p. 367 e p. 369). Os autores fazem notar as dificuldades da interpretação ao escreverem, por exemplo, que "devido à existência de interferências de diferentes correntes culturais e ao facto de se radicarem no património cultural anterior, os túmulos primitivos coexistem na realidade com os mais avançados e inclusivamente são mais modernos, e somente por interferências isoladas se revelará de repente a verdadeira situação". (ib.). Está aqui patente uma superação do evolucionismo unilinear que vimos em autores anteriores (como Bosch-Gimpera ou Åberg), e a afirmação clara de uma perspectiva multilinear, na qual se admite a coexistência de correntes culturais diversas e, a nível arquitectónico, o desenvolvimento paralelo (mas inter-influenciável) de "tipos fundamentais", existentes "a priori" (G. Leisner, 1945, p. 12). Este último escrito dos autores é como que um balanço sucinto dos seus trabalhos na zona meridional da Península (abordados "in extenso" no 1º vol. dos "Megalithgräber"), com os olhos postos na franja

ocidental da mesma, onde haveriam de prosseguir as suas investigações subseqüentes. Nessa zona, dizem-nos os autores que, na costa marítima, encontramos as sepulturas de falsa cúpula, correspondentes à "realização mais perfeita da câmara redonda" (*id, ib.*), com todas as suas variantes e hibridismos, e, no interior — "não próximo do Oceano nem tão pouco nos terrenos baixos da foz dos rios mas nos planaltos adjacentes" (*op. cit.*, p. 21) — os monumentos megalíticos. É um grande mérito dos Leisner terem distinguido, na Península, estes dois grandes grupos de monumentos funerários que, segundo eles, "representam duas formas arquitectónicas fundamentalmente diferentes", como escreveram mais tarde (1951, p. 170). Tais formas litorais, com afinidades mediterrânicas orientais, permitiriam, por isso, mesmo, uma mais fácil cronologia; já o mesmo não se poderia dizer quanto aos construtores de megálitos do interior, mais conservadores, e mais ligados às raízes neolíticas e mesmo mesolíticas anteriores. Seja como for, detectar-se-ia, segundo os Leisner, uma progressão das câmaras arredondadas (que derivariam de formas circulares neolíticas autóctones, tanto sepulcrais como de cabanas para habitação — *cf. Leisner, 1945 pp. 27 e 28*) para poligonais e, destas, para formas rectangulares ou outras em que o corredor e a câmara se indiferenciam, como acontece também na Beira Alta, no Norte de Portugal e Galiza. Assim, nestes seus primeiros trabalhos, os Leisner admitem já um desenvolvimento independente e paralelo das sepulturas megalíticas do Sueste e do Ocidente peninsular.

A teorização posterior dos Leisner — e, desde logo, a que consta das conclusões do seu importante livro sobre as antas de Reguengos — vem na seqüência das ideias expostas (e não representa, de modo algum, uma marcada viragem, como Almagro e Arribas pretendem sugerir (1963, pp. 193-195). Contestando sempre um evolucionismo unilinear — quer de sentido progressivo, quer regressivo — o casal Leisner volta a insistir na dicotomia entre os megálitos e as sepulturas de cúpula peninsulares, e na anterioridade dos primeiros em relação às segundas, claramente atestada nas suas escavações no concelho de Reguengos, onde, em dois casos, uma "tholos" foi erigida secundariamente num "tumulus" pertencente a um dólmen de corredor (Anta 2 e "tholos" da Herdade da Comenda e Anta 1 e "tholos" da Herdade da Farisoa). Admitem assim a "possibilidade de uma evolução autóctone da sepultura megalítica em Portugal" (*op. cit.*, p. 173), a partir dos pequenos dólmenes alentejanos, neolíticos, e enriquecendo-se depois com elementos eneolíticos.

Relativamente ao Norte de Portugal, e referindo-se concretamente aos dólmenes de Alvão, Trás-os-Montes (que a teoria de Gimpera tão famosos tornou), Leisner limitam-se a escrever (*ib.*, p. 34) que "em todas as regiões aqui citadas, o tipo da anta com corredor de dois grandes esteios poderia ter provindo de um neolítico local e marcar uma certa fase evolutiva da cultura megalítica que, em regiões afastadas do litoral, sobreviveu até épocas posteriores. Naturalmente, tal teoria é apenas hipotética e exige, para a sua confirmação, novas escavações nas províncias do Norte de Portugal". E, mais adiante, acrescentam (p. 184): "A questão da existência de focos mais antigos também no Norte de Portugal ainda fica por esclarecer". Oxalá o nosso trabalho presente possa, de algum modo, contribuir para esse esclarecimento.

6) A evolução das ideias de Glyn Daniel

O prof. Glyn Daniel é um dos maiores estudiosos do megalitismo europeu, sobre o qual tem produzido inúmeras obras e artigos. Neles se vai assistindo à evolução das ideias sobre tão vasto problema, ao longo das últimas quatro décadas.

A primeira grande tentativa de interpretação surge-nos em 1941 com o trabalho intitulado *The dual nature of the megalithic colonisation of Prehistoric Europe*, que é uma resposta a um artigo anterior de Forde. Ao contrário deste autor, que mantinha que as áleas cobertas eram dólmenes de corredor degenerados, Daniel defende aí, na sequência de Childe e de outros, uma dupla "colonização" megalítica da Europa Ocidental a partir do Mediterrâneo. Dupla, desde logo, porque relacionada com duas "séries" perfeitamente distintas de monumentos, os dólmenes de corredor e as áleas cobertas. Os dólmenes de corredor ter-se-iam expandido a partir da Península Ibérica, sendo o seu protótipo o dólmen "clássico" de tipo Pavia, ele próprio uma "tradução" megalítica das "tholoi" de los Millares e dos restantes monumentos de falsa cúpula mediterrânicos. As áleas cobertas, por seu turno, ter-se-iam divulgado a partir do Sul de França, sendo elas próprias influenciadas por modelos da Sardenha e das Baleares. Esta "colonização" seria também dupla, porque realizada em dois momentos diferentes: um, primário, que teria difundido os tipos de túmulos comuns a certas partes da Europa, o segundo, secundário, responsável por difusões à escala local e criação de pequenas variantes. Quanto aos dólmenes simples, Daniel recusava a sua anterioridade em relação aos restantes monumentos, admitindo, nuns casos, que fossem formas degeneradas, noutros que fossem formas mais simples associadas aos dólmenes de corredor ou às áleas cobertas.

Em 1958 (*"The Megalithic Builders of Western Europe"*), Daniel pensava ainda que a teoria geral de Forde/Fleure era a "mais plausível", embora a considerasse apenas como uma hipótese de trabalho útil. Assim, a prática do enterramento colectivo e o culto da "Deusa-Mãe" teriam sido trazidos do Mediterrâneo Oriental para o Sudoeste peninsular anteriormente a 2.000 a.C. Os primeiros túmulos a serem construídos seriam os escavados na rocha e as sepulturas em falsa cúpula ("tholoi"), muito embora pudesse haver excepções a essa regra (caso das descobertas dos Leisner em Reguengos).

"A partir destes centros do Leste e Sul de Espanha e talvez também do estuário do Tejo — escrevia o autor — a cultura calcolítica Ibérica desenvolveu-se e, ao longo deste processo, talvez em contacto com aborígenes anteriores, construtores das cistas megalíticas, surgiu o dólmen de corredor megalítico e, à margem desses desenvolvimentos, os túmulos do Norte de Portugal e da Galiza e da área de Córdoba-Granada, alguns dos quais datam de uma época posterior a 1.500 a.C." (op. cit., p. 74). Vemos, pois, que já então Daniel conjugava a tese orientalista, típica dos autores de língua inglesa, com as novas perspectivas abertas pelo trabalho dos Leisner na Península.

Mas em 1963 — depois dos primeiros resultados do C14 começarem a surgir —, num curto artigo em que pretende "discutir brevemente de que modo as nossas velhas teorias se mantêm de pé à luz dos nossos novos conhecimentos" (1963 a, p. 106), entre os quais avultam precisamente as primeiras datas C14 para estações peninsulares, Daniel confessa que "infelizmente não podemos de momento responder à questão sobre qual das duas teorias, a da dupla origem renovada pelos Leisner, e a da degenerescência da Peake, Forde e Fleure, é a correcta". (Op. cit., p. 108). Todavia, não deixa de acentuar a criatividade do solo peninsular no desenvolvimento da arquitectura funerária megalítica dos 4º e 3º milénios a.C. e a sua importância como foco difusor do fenómeno para a Europa Ocidental.

Num pequeno trabalho recente — 1973 — Daniel volta a abordar o problema da origem do megalitismo europeu, optando agora claramente pelo "modelo da invenção independente", tão defendido por Renfrew. Após referir que mesmo Beatrice Blanco, que explicara o desenvolvimento do Calcolítico do Sul da Península por uma "colonização" a partir do Mediterrâneo Oriental (*Early Bronze Age colonists in Iberia*, "Antiquity", 1961, pp. 192-202), sempre havia aceitado

uma origem independente dos megálitos do Sul de Portugal (tal como Childe no fim da sua vida), Daniel escreve: "Cada vez mais se veria que nunca existiu algo como a colonização megalítica da Europa: que em vez disso estamos perante uma fase da Pré-história europeia em que, particularmente na faixa atlântica da Europa, desde a Dinamarca à Espanha, os enterramentos habituais em túmulos de madeira foram "traduzidos" em pedra. Isto aconteceu em pelo menos nove regiões (...). Não foi a unidade das estruturas megalíticas, mas a sua sobrevivência devido ao facto de serem construídas em pedra durável, que causou a confusão na mente dos arqueólogos, que, aceitando que eles foram todos construídos com pedras de grandes dimensões e usaram técnicas especiais de construção, os conceptualizaram numa categoria geral de "megálitos", categoria essa que tinha os seus criadores e portanto um lugar de origem. O que nos parece hoje provável é que em Malta, no Sul da Itália, no Sudeste da Espanha, no Sul de Portugal, nos Pirinéus, na Grã-Bretanha e na Irlanda, no Norte da França e na Bretanha e na Escandinávia, foram construídas estruturas megalíticas no IV^o e III^o milénios a.C. que copiaram estruturas mais antigas, tanto funerárias como domésticas, construídas em pedra, madeira, e turfa. Os construtores de megálitos da Europa correspondem à população neolítica da Europa Ocidental que, em várias áreas, desenvolveu uma arquitectura monumental em pedra. Sem dúvida que muitas destas comunidades mantinham relações entre si e intercambiaram técnicas, motivos artísticos e outros elementos, mas a unidade que se pensou existir entre monumentos megalíticos diferentes da Europa "não é a unidade dos megálitos mas o padrão comum da sociedade neolítica e calcolítica da Europa como um todo". (Op. cit., p. 213) [o sublinhado é nosso].

Não se poderia resumir melhor aquilo que é a perspectiva mais correcta actualmente sobre o megalitismo. O que nos enche de admiração é a capacidade de reciclagem e de auto-crítica que estas palavras representam, por comparação com as primeiras posições do autor, que assume o carácter histórico de todo o conhecimento científico e se afirma, como sempre, como um grande pré-historiador.

7) A teoria de Colin Renfrew

Renfrew tem sido nos últimos anos o paladino, na Europa, da "nova arqueologia" e de uma tendência crescente para as explicações poligenéticas, por oposição às velhas teorias monogenéticas e difusionistas. Estas novas explicações repousam, por um lado, na contribuição capital que representou a introdução dos métodos de datação absoluta (1^a e 2^a "revoluções" do C14) e, por outro, numa atenção cada vez maior aos processos da evolução interna das sociedades, e à necessidade de construção de modelos explicativos desses processos (particularmente significativa desta tendência é a obra colectiva, dirigida por Renfrew, "Models in Prehistory, The Explanation of Culture Change", 1973).

Os textos fundamentais em que Renfrew expôs a sua teoria sobre o megalitismo, são: **Colonialism and Megalithism** (1967, inserto também no livro "Problems in European Prehistory", 1979); "Before Civilization", 1973; **Monuments, mobilization and social organization in neolithic Wessex**, 1973; e **Megaliths, territories and Populations**, 1976 — textos que se tornaram clássicos neste domínio.

A tese de Renfrew tem, por assim dizer, dois aspectos fundamentais: um em que, apoiando-se nas datas de C14 corrigidas pela dendrocronologia, o autor apresenta os megálitos europeus como criações independentes da fachada atlântica europeia; e outro em que, baseado nos dados da antropologia cultural, ele

tenta explicar a origem do megalitismo em termos paleo-sociológicos e demográficos (a este segundo aspecto já aludimos no capítulo I b desta parte).

São os seguintes os pontos básicos da tese de Renfrew:

- os megálitos europeus são maciçamente neolíticos, datando, "grosso modo", do IV^o e III^o milénios a.C. (datas não calibradas), podendo prolongar-se pelos primeiros séculos do II^o milénio a.C. São, assim, "mais antigos do que quaisquer monumentos comparáveis em todo o mundo". (1973, p. 133);
- postos de parte certos monumentos de construção "megalítica" — os templos de Malta, os círculos líticos da Grã-Bretanha, e os alinhamentos bretões (fora, aliás, do tema do nosso trabalho) — os megálitos europeus têm alguns elementos muito gerais em comum, que são o tipo de construção em grandes pedras, a sua ligação ao enterramento colectivo, e a relativa pobreza dos espólios funerários, se a compararmos com a magnificência das construções, a qual se articula bem com uma cronologia neolítica. Para além disso, há a sua distribuição geográfica, que abarca essencialmente a orla costeira atlântica. Estas características muito gerais não precisam de ser explicadas por um processo de difusão: tais monumentos podem ter ocorrido de forma independente em várias áreas da Europa Ocidental, em resposta a um idêntico estímulo económico-social, técnico e mental. Essas áreas são a Dinamarca, o Sul da Grã-Bretanha, a Bretanha francesa e a Península Ibérica (havendo uma possibilidade também relativamente à Irlanda). Escreve Renfrew: "Por conseguinte, em termos puramente construtivos, os túmulos neolíticos de câmara de cada região — quer sejam verdadeiros megálitos ou de construção em pedra vã — compreendem-se melhor como desenvolvimentos puramente locais, adaptações locais, em resposta a questões sociais semelhantes". (Op. cit., p. 145);
- que questões sociais poderiam ser essas? Após lembrar quão escassos são os nossos dados sobre os habitats, Renfrew escreve: "Sem dúvida podemos pensar que em algumas regiões não havia qualquer habitat permanente, e que a agricultura nómada era praticada: isto é, a aldeia permaneceria num local durante uma dúzia de anos, mais ou menos, e então, quando o terreno próximo se tornasse estéril, aquela se deslocaria para novos campos da mesma região. **Os túmulos podiam ser então o único elemento de permanência na existência nómada**". [O sublinhado é nosso] (op. cit., p. 146). É esta também, como temos visto, a nossa interpretação, para a qual cremos ter dado achegas novas no capítulo anterior. Para escoar a sua teoria, Renfrew vai analisar dois casos concretos, duas ilhas, a da Arran (Escócia) e a de Rousay (Órcades), onde o padrão da distribuição megalítica é particularmente ilustrativo, pois são territórios bem delimitados. Neles, cada monumento, situado nas proximidades de terreno agricultável, marcaria um território de um segmento da população (de 10 pessoas em Arran a 25-50 em média em Rousay). "Cada território — escreve Renfrew — deve ter sido ocupado por uma família extensa ou linhagem, cujos habitantes radicariam a sua descendência, ou a do respectivo cônjuge, num antepassado comum". (p. 151). O autor defende então que tais sociedades teriam uma organização predominantemente igualitária, embora adiante que tal modelo possa não ser aplicável a toda a Europa. Grupos vizinhos podiam unir os seus esforços para a construção de um túmulo — integrada em rituais, ou festas, que corresponderiam à dissipação de excedentes e à ostentação e afirmação de um "status"

- o qual, em muitos casos, seria o resultado do trabalho de sucessivas gerações, que engrandeceriam progressivamente o plano original, como em tantos edifícios religiosos de outras épocas históricas. Quando a sociedade se segmentava, um pequeno grupo que se deslocasse para um novo território poderia reproduzir nele o mesmo tipo de organização territorial, construindo um novo túmulo, fundando uma nova descendência. Tais túmulos eram, uma vez erigidas, palco de frequentes cerimónias tendentes à cimentação da coesão social em torno dessa ancestralidade, como parecem indicar as estruturas monumentais exteriores de certos túmulos, como os "páticos" do Norte da Irlanda ou as fachadas dos túmulos de Cotswold;
- pergunta-se porém, qual a motivação última para que tais túmulos tenham sido erguidos na fachada atlântica europeia e não noutras regiões do interior do continente, onde idênticas condições socio-económicas se devem ter verificado? Renfrew, como já expusemos atrás, vê uma causa demográfica para tal facto. A "chegada" da economia agrícola às costas atlânticas, na sequência de um processo cujo ritmo foi calculado por certos autores (Ammerman e Cavalli-Sforza, **A population model for the diffusion of early farming in Europe**, 1973) teria criado, a determinada altura, perante a barreira do oceano, uma impossibilidade de expansão para novas terras, o que teria desenvolvido um particular sentido de territorialidade entre os camponeses atlânticos, em fase de expansão demográfica. Os megálitos, marcas de territórios tribais (ou de segmentos tribais) seriam o testemunho de tal sentido. Aqui, haveria que contar também com o contributo das populações mesolíticas locais (Case, Clark e outros têm acentuado este ponto, como dissemos atrás) que, sendo já numerosas, e adoptando as técnicas agrícolas, se teriam desenvolvido extraordinariamente em termos demográficos, contribuindo para a "pressão" referida, e para uma certa "competição" pela terra.

8) As teorias de H.N. Savory e de E. Mackie

Apesar de repercussão que tiveram as teorias de C. Renfrew em toda a Europa, corporizando tendências latentes na pesquisa das últimas décadas, sensíveis na valorização dos estudos de megalitismo à escala regional (antes de se tentarem novas sínteses de conjunto — que, verdadeiramente, ainda não existem), autores há que continuam a inclinar-se para explicações de tipo difusionista, como, por exemplo, os pré-historiadores H.N. Savory (por ex.: "Espanha e Portugal", trad. port., s/d; **Serpentiforms in megalithic art: a link between Wales and the Iberian North-West**, 1973; **The role of the upper Duero and Ebro basins in megalithic diffusion**, 1975; **The role of iberian communal tombs in Mediterranean and Atlantic Prehistory**, 1977), e George Eogan (cf., por ex., **Objectis with Iberian affinities from Knowth, Ireland**, 1980) e um novo autor, E. Mackie, conservador do Museu de Glasgow, através de dois volumes recentemente dados à estampa ("Science and Society in Prehistoric Britain", 1977 e "The Megalith Builders", 1977).

No artigo datado de 1975, Savory procura valorizar uma série de monumentos das províncias de Burgos, Logroño e Palência em apoio da sua teoria geral do processo de difusão do megalitismo na Península e, em geral, na Europa.

Estamos de acordo com ele quando afirma, baseando-se em datas pela termoluminescência para monumentos portugueses, de Whittle e Arnaud ("Archaeometry", 1975), que "os mais antigos monumentos de corredor do Sul de Portugal não poderiam ser muito posteriores aos começos do IV^o milénio, e poderiam

perfeitamente ser tão antigos como quaisquer dos túmulos de corredor na Bretanha". (p. 161). Já não sintonizamos com o autor quando ele quer colocar em segundo plano a diversidade arquitectónica que se nota na Europa neolítica e calcolítica para acentuar a importância de uma entidade supostamente mais geral, o ritual do enterramento colectivo. Este, quer praticado em grutas, quer em hipogeus, quer dólmenes, quer em "tholoi", conferiria uma certa unidade a uma zona costeira que viria da Síria-Palestina através das ilhas mediterrânicas até à Península Ibérica, França, Ilhas Britânicas e países nórdicos (p. 162). Assim, para manter (a nosso ver) um "parti pris" difusionista, Savory vai utilizá-lo a um nível muito amplo, e de um ritual que, quanto a nós, pode ter surgido em diversas zonas da Europa de forma mais ou menos independente, em relação com certos tipos de sociedade. Teria assim, segundo Savory, havido uma grande corrente expansiva, do Mediterrâneo para o Atlântico, de tal tipo de ritual, que no Norte da França se teria miscigenado com a ideia de um "tumulus" alongado para enterramento colectivo, o qual, expandindo-se para leste, teria chegado à Polónia ("tumuli" de Kujava), em cujas zonas florestadas as estruturas habituais em pedra teriam sido "traduzidas" numa construção de madeira. O Norte e o Ocidente da França veriam assim nascer, por combinação de influências diversas, uma grande variedade de grupos arquitectónicos regionais, uns na tradição "mediterrânica" do "tumulus" circular, outros na "continental" do "tumulus" alongado. O autor sugere a filiação dos "cairns" do grupo de Cotswold-Severn" (v., adiante, alínea c) nos armoricanos do tipo Barnenez (idem, alínea e).

Em seguida, Savory elabora como que a teoria de um refluxo, no sentido norte-sul, do "cairn" alongado, do Centro-Oeste da França para o Languedoque e zona ocidental dos Pirinéus, considerando, por exemplo, os monumentos do Quercy, estudados por Clottes, como uma ligação entre o Centro-Oeste e os monumentos da região de Cevenes, tese que o recente livro deste último autor veio contradizer ("Inventaire des Mégalithes de la France, 5-Lot", 1977, p. 327).

O autor reconhece que não é possível relacionar os monumentos portugueses do tipo Pavia, nem as formas "especializadas" (é sua a palavra) do Norte do nosso país com os dólmenes de corredor bretões. Porém, baseado em argumentos que nos parecem da maior fragilidade, tenta ligar esses túmulos bretões com monumentos da Andaluzia e da "orla ocidental e setentrional da Meseta", cuja influência se teria estendido no sentido sul-norte, levando ao NW da França o enterramento colectivo e a concepção do dólmen de corredor sob "tumulus" circular; a esse movimento ter-se-ia sobreposto um outro no sentido inverso, a que também aludimos, responsável pela presença, em Álava e em Navarra, de "tumuli" alongados (pequenos "cairns" ovais ou trapezoidais, "que todavia não foram estudados nem reproduzidos em planta de forma precisa" — p. 169).

Para demonstrar a todo o custo a sua teoria difusionista, o autor articula monumentos de localização geográfica distante, contexto cronológico e cultural diverso, em alguns casos pouco bem conhecidos ainda, fazendo abstracção de numerosos elementos que nos impedem de tomar tão forçada e simplista opção.

Igual posição, mais desenvolvida, é assumida noutra seu artigo (1977), ilustrado com mapas em que se cartografam as duas "difusões" referidas, a do "tumulus" alongado ("long mound tradition") e a dos dólmenes de corredor. Novamente é invocada, de uma forma bem explícita, uma filiação dos "tumuli" circulares, para enterramento colectivo, da Europa Ocidental, no Próximo Oriente (não Egeu, como tradicionalmente, mas mais uma vez no Levante), onde tal prática teria uma raiz mesolítica. E conclui, de forma surpreendentemente peremptória: "Ao estudarmos a distribuição do enterramento colectivo, em

vários tipos de câmaras, recobertas por diversos tipos de "tumuli", ao longo das costas atlânticas da Europa, estamos perante, não numa "Fachada Atlântica" (...) mas perante "um Corredor Atlântico", que é suficientemente largo para permitir a passagem de duas correntes culturais, estendendo-se em direcções opostas. A menor, norte-sul, afectou por vezes a forma do "tumulus". A maior, sul-norte, foi responsável pela expansão da prática do enterramento colectivo e pela maior parte das formas arquitectónicas das câmaras exigidas por essa prática". (p. 177).

Difusionismo à escala mediterrânica, difusionismo ao nível da Europa Ocidental, difusionismo no âmbito da Península Ibérica também. Mesmo a nível do nosso país, Savory defende claramente a tese de expansionismo do sepulcro megalítico de corredor, para norte, a partir do Alto Alentejo, "ao longo do curso superior do Tejo, a partir de Abrantes, penetrando na Beira", sugerindo, também, uma possível rota de difusão costeira, da qual o núcleo da Figueira da Foz seria uma eventual etapa ("Espanha e Portugal", p. 108). Tese, em que, aliás, não está desacompanhado. Um autor como Juan Eiroa (*Sobre la Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Hispánica*, 1974, p. 34) não hesita em considerar o megalitismo do Noroeste Ibérico (apesar da incipiência dos estudos sobre ele feitos, à data da publicação do seu trabalho) como uma ramificação da "cultura megalítica portuguesa", expressão que, só por si, é de um simplismo evidente.

Relativamente a Mackie, apenas uma breve referência mais. Pretendendo, em duas obras de divulgação, contrapor-se, através de uma informação actualizada, às (cada vez mais geralmente aceites) teorias não-difusionistas, este autor adianta uma interpretação baseada na acção difusora de uma elite, ou "classe dominante" que teria introduzido em Malta o ritual do enterramento colectivo em túmulos escavados na rocha e a construção de grandes templos. O mesmo se teria passado alguns séculos antes da Península Ibérica, onde uma "classe superior" teria desenvolvido o enterramento colectivo em construções cada vez mais grandiosas, que a partir daí se teriam depois expandido para toda a Europa Ocidental. Trata-se, afinal, de uma nova versão (que procura apoiar-se em concepções "evolucionistas anti-lamarckianas", no dizer do autor) da velha teoria do difusionismo "ex-oriente", com a Península Ibérica como entreposto para o resto da Europa, atingida por uma visão elitista do devir histórico, segundo a qual o megalitismo seria, em última análise, o produto da capacidade expansiva de uma minoria propagadora de uma religião (como já Childe a seu modo defendera, recordemo-lo, ao falar dos "missionários" da religião megalítica).

9) As perspectivas de ponta: a análise espacial de Chapman e de Brenhult

Enquanto redigíamos esta alínea chegavam-nos às mãos, alguns estimulantes trabalhos do autor inglês Robert Chapman (*Archaeological theory and communal burial in prehistoric Europe*, e *The megalithic tombs of Iberia*, 1981) e do sueco Göran Brenhult, referentes às escavações de 1979 e 1980 na necrópole megalítica irlandesa de Carrowmore (Co. Sligo). São duas boas ilustrações da fecundidade do método de análise espacial em Pré-história.

Após citar a perspectiva de Renfrew, que é a base para o entendimento da real complexidade do megalitismo europeu, Chapman chama a atenção para o interesse da visão antropológica do problema, ou seja, o estudo das "relações entre a organização social e a forma de disposição dos mortos", acrescentando: os "pré-historiadores europeus têm ainda de utilizar os cemitérios de túmulos colectivos como unidades de base da análise em estudos de organização social",

(1981 a, p. 388). Por outras palavras, trata-se de considerar uma necrópole deste tipo como reflectindo padrões de comportamento social implantados no espaço consagrado aos mortos, ele próprio parte integrante do território organizado de uma comunidade. À luz dessa perspectiva, o autor realiza uma análise interessante da necrópole calcolítica de Los Millares, alterando por completo as interpretações dos Leisner, e atribuindo a diferenças de estatuto social dos inumados variações do registo arqueológico explicadas por aqueles autores em termos cronológicos. Propõe, assim, a construção de novos modelos interpretativos de necrópoles de sepulcros colectivos, baseados na "point pattern analysis" de Hodder e Orton ("Spatial analysis in Archaeology", 2ª ed., 1979, p. 30 e seg.), e permitindo a formulação de hipóteses a nível demográfico, económico, social, etc. Tal análise, desenvolvida aos seus três níveis (regional, de necrópole e de túmulo 1981 b p. 103), é sem dúvida uma das vias mais fecundas para o aprofundamento dos nossos conhecimentos neste domínio. Prova-o amplamente o trabalho de Burenhult relativo à necrópole de Carrowmore, na Irlanda, e seu respectivo contexto, embora a documentação publicada esteja ainda ao nível de relatórios de escavações. Tal trabalho constitui um significativo avanço, não só no campo cronológico, como no da interpretação de um sistema de exploração sazonal do território susceptível de enquadrar a construção e utilização continuada daquela necrópole. De acordo com o autor, estamos aí perante "um conjunto de monumentos megalíticos, um cemitério, e não perante túmulos simples, dispersos", o que sugere "que o cemitério era o único ponto fixo num sistema de recolectores — caçadores — pescadores com um circuito sazonal ou alternância de sucessivos locais de habitat e suas respectivas áreas de exploração ("catchment areas"). Os cocheiros situados ao longo da linha de costa de Ballysadare Bay e os fundos de cabana encontrados nas encostas da Knocknarea Mountain, ambos com datas neolíticas, apoiam firmemente este modelo". (p. 5). Temos, assim, um caso de economia fundamentalmente predadora ligada a um núcleo de túmulos megalíticos, que vem apoiar a hipótese de G. Clark para o Sul da Suécia. Realmente, no apêndice polínico ao trabalho de Burenhult ("The Carrowmore Excavations", p. 129), afirma o especialista H. Göransson: "Temos de nos lembrar de que a agricultura, no sentido de cultivo de cereais, foi sempre de importância menor para as populações megalíticas de áreas como a Escânia e Västergötland na Suécia, e da Zelândia da Dinamarca".

Também no aspecto da cronologia este trabalho é inovador. De uma profusão de novas datas pelo C14, resulta a definição de uma fase muito antiga para as primeiras construções megalíticas (IV^o milénio a. C., em datas não calibradas), bem distinta de uma "fase secundária" de edificações (num caso situada no III^o milénio).

Assim, cada vez mais, o megalitismo volta a ser um dos temas fulcrais no progresso da Pré-história europeia; ultrapassada a fase das grandes teorias de conjunto, que procuravam uma explicação única para tão vasto conjunto de fenómenos, está aberto o caminho para uma análise mais exhaustiva à escala regional e infra-regional, ao mesmo tempo que se geram perspectivas e teorias de conjunto que, baseadas em casos exhaustivamente estudados, darão certamente do assunto uma imagem muito diferente da tradicional, mais complexa, mais enriquecedora em termos da compreensão do comportamento dos construtores de megálitos. Mais uma vez a prática e teoria inter-influenciam-se, tendo esta última o efeito de, ao ultrapassar velhas teses, demasiado simples ou mesmo simplistas, desbloquear o terreno para novas análises, mais compreensivas.

BIBLIOGRAFIA

- Aberg, Nils (1921), **La Civilisation Enéolithique dans la Péninsule Ibérique**, Upsala, Vilhelm Ekmans Universitetsfond.
- Almagro, M. e A. Arribas (1963), **El Poblado y la Necrópolis Megalíticas de Los Millares**, Madrid, C.S.I.C.
- Arnaud, J. M. (1978), O megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas, **Actas III^{as} Jornadas Arqueológicas** da Assoc. dos Arqueól. Portugueses, pp. 91-112.
- Bosch-Gimpera, P. (1966), Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas, **Rev. Guimarães**, LXXVI (3-4), pp. 249-306.
- idem (1975), **Prehistoria de Europa**, Madrid, Ed. Istmo.
- Chapman, R. (1981 a), Archaeological theory and communal burial in prehistoric Europe, **Patterns of the Past: Studies in honour of D. Clark**, Cambridge University Press.
- idem (1981b), The megalithic tombs of Iberia, **Antiquity and Man: essays in honour of G. Daniel**, Londres, Thames and Hudson.
- Daniel, G. (1963 a), The collective tomb builders of Iberia: indigenes or colonists?, **A Pedro Bosch-Gimpera en el septuagesimo aniversario de su nacimiento**, Mexico, pp. 103-110.
- idem (1963 b), **The Megalith Builders of Western Europe**, Londres, Hutchinson, 3^a ed.
- idem (1973), Spain and the problem of european, megalithic origins, **Estudios dedicados al Prof. Luis Pericot**, Barcelona, pp. 209-214.
- idem (1974), **Historia de la Arqueologia**, Madrid, Alianza ed.
- Laming-Emperaire, A. (1964), **Origines de l'Archéologie Préhistorique en France**, Paris, A. e J. Picard.
- Leisner, G. (1945), A cultura eneolítica do Sul de Espanha e as suas relações com Portugal, **Arqueologia e História**, 8^a s, I, pp. 11-28.
- Leisner, G. e V. (1951), **Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz**, Lisboa. I.A.C.
- Renfrew, C. (1979 a), **Before Civilization**, Harmondsworth, Pelican Books.
- idem (1976 b), Megaliths, territories and populations, **Acculturation and Continuity in Atlantic Europe mainly during the Neolithic period and the Bronze Age**, Bruges, de Tempel, pp. 198-220.
- idem (1979), **Problems in European Prehistory**, Edinburgh University Press.